

Protagonismo juvenil e participação escolar: sob o olhar dos estudantes

Dayane Priscilla dos Anjos¹
Francisco Audy Anjos Freire Júnior²
Kaiomarcos Luciano Santos Ferreira³
Thatiany Rodrigues Ferreira⁴
Iracema Campos Cusati⁵

Resumo

A intencionalidade pedagógica impregnada na proposta de educação integral está voltada não só a formação integral do sujeito, mas a garantia de sua aprendizagem em todos os âmbitos da sua vida. O protagonismo social de adolescentes e jovens pressupõe uma relação dinâmica entre formação, conhecimento, participação, responsividade e criatividade como mecanismo de fortalecimento da perspectiva de educar para uma cidadania ética e responsável. Este artigo objetiva analisar como estudantes compreendem o protagonismo juvenil e suas relações com a formação integral no contexto das Escolas de Referências em Ensino Médio (horário integral e semi-integral) localizadas em Petrolina-PE. A metodologia pautou-se por critérios quali-quantitativos. A coleta de dados ocorreu em 2019, via questionário estruturado e grupos focais, com 33 alunos do 3º Ano do Ensino Médio das escolas supracitadas, evidencia o Protagonismo Juvenil como princípio pedagógico para uma educação emancipadora e democrática dos espaços escolares. Na sistematização dos dados foram analisadas as narrativas dos protagonistas juvenis cujos resultados apontam para diferentes expressões das experiências espaço-temporais dos alunos com os contextos históricos, além de consolidar o projeto de vida e o protagonismo juvenil como os pilares nas escolas em tempo integral que visam preparar o jovem para sua vida cidadã na sociedade atual. Para finalizar, vale destacar que a eficácia da escola em tempo integral, ideia que permeia os projetos educacionais até os dias atuais, conta com a ampliação no desenvolvimento das atividades escolares ancoradas em responsabilidades sociais e culturais que inferem liberdade, participação, pluralismo e responsabilidade de todos.

Palavras-chave: protagonismo juvenil; educação integral; política pública; juventude; participação social na escola

Recepción: 26/03/2021
Evaluación 1: 18/04/2021
Evaluación 2: 2/04/2021
Aceptación: 19/05/2021

Introdução

Os movimentos sociais expressam a participação de jovens na luta pelo seu espaço, aqui identificado como protagonismo embasado nos referenciais que subjazem o tema.

Apesar da concepção de existência do jovem acontecer apenas no século 18, com a presença das escolas, foi no século 20 que se formaram grupos com ideais e objetivos comuns. Souza (2010, p. 72), lembra que “nos anos de 1950/60, uma grande mobilização mexeu com o movimento juvenil. A crítica social à família, ao individualismo, ao tecnicismo, à guerra eram as bandeiras carregadas pelos jovens”. O autor ainda afirma que nos anos de 1970, as lideranças juvenis além de diminuídas, foram silenciadas pela ditadura militar, no entanto, a

juventude deixou de ser uma fase de transição e passou a ser considerada como processo perene na vida humana.

Nas ações de mobilização dos anos de 1980, a presença da juventude foi marcante e com características singulares, eram jovens do campo e da cidade, estudantes, trabalhadores, com representações em vários movimentos e organizações. Eram diversos rostos, emitindo a pluralidade de características dos jovens, que tinham objetivos e interesses comuns.

No movimento estudantil, o jovem lutou por condições reais de uma educação de qualidade, na qual pudesse ter vez e voz na sociedade, no entanto, é sabido que forças dominantes procuraram se infiltrar destoando as falas e os verdadeiros motivos de reivindicações desse movimento, trazendo uma descaracterização do que seria de interesse coletivo, direcionando para desejos políticos partidários.

Klein (2006) afirma que a escola, enquanto instituição social destinada à educação das novas gerações, tem seus compromissos históricos com a sociedade nos quais englobam dois focos de atuação: instrucional e formativa.

A instrução refere-se à transmissão de conhecimentos, de técnicas e de habilidades, legados históricos considerados socialmente relevantes. A formação compreende ações intencionais, voltadas para aspectos constituintes da personalidade moral (construção de valores) dos indivíduos, visando a convivência social. Essa formação deve considerar valores e práticas relevantes na sociedade. (Klein, 2006, p. 62)

Há, portanto, uma relação intrínseca e relevante entre democracia e educação clamando a responsividade dos atores escolares para que permitam uma participação efetiva do jovem como protagonista que possa garantir uma visão diferenciada ao educando ao proporcionar experimentar a teoria na comunidade que vive.

De acordo com o último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, existe no Brasil uma população de 190.755.799 habitantes, dentre este número têm-se 51.340.478 jovens entre 15 e 29 anos, 14.966.109 jovens entre 15 e 29 anos na Região Nordeste e 2.410.821 no Estado de Pernambuco, especificamente. Como demonstrado nos dados, sabe-se que essa população vem crescendo e isso requer novas políticas e práticas com o intuito de proporcionar posturas diferenciadas, cabendo aqui o protagonismo como uma maneira de politizar o indivíduo.

A primeira Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude (CEJUVENT), constituiu-se no ano de 2003, elaborando documentos que serviram de base para marcos legais posteriores, como o Estatuto da Juventude. Um ano depois, surgiu a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), que se vinculou à Secretaria Geral da Presidência da República, com a finalidade de estar junto e proferir a favor dessa política pública. Em 2005, foi criado o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), com o objetivo de requerer ao poder executivo a efetivação de uma política pública da juventude.

Os dois órgãos são de fundamental importância para que existam possibilidades de angariar lutas a favor de políticas públicas para a juventude do Brasil.

Diante de uma luta de, pelo menos, nove anos para a votação do projeto no congresso, o jovem passou a ter espaço, embora ainda não tenha atingido a toda população juvenil. Assim, desde 2014 o Estatuto da Juventude está em vigor, a fim de que o Estado Brasileiro viabilize os direitos relacionados aos jovens (pessoas entre 15 e 29 anos), garantindo-lhes não apenas direitos, mas induzindo também a criação de novas políticas públicas. É um assunto tão recente que até o público alvo desses direitos está alheio e ainda não usufrui o que lhe é

garantido. É nesse cenário de luta que a questão do protagonismo juvenil ganha espaço na discussão contemporânea, qual seja uma formação que oferece ao estudante oportunidades de formação e exercício da cidadania, numa perspectiva responsiva visto que

Protagonismo é a atuação de adolescentes e jovens, através de uma participação construtiva, envolvendo-se com as questões - da própria adolescência/juventude, assim como, com as questões sociais do mundo, da comunidade... Pensando global (o planeta) e atuando localmente (em casa, na escola, na comunidade...) o adolescente pode contribuir para assegurar os seus direitos, para a resolução de problemas da sua comunidade, da sua escola... (Rabello, 2004, p.1)

Conforme os artigos 1º e 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº 9.394/96 (Brasil, 1996), a educação se desenvolve nos vários âmbitos em que o educando se faz presente, tendo a família e o Estado, o dever, como responsáveis diretos, de permitir pleno desenvolvimento e preparo para exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, sem perpassar os princípios de liberdade e solidariedade humana.

A normativa consolida o processo formativo dos educandos em todos os âmbitos da sua vida, comprovando que a formação integral do indivíduo se dá pela inter-relação entre as áreas que circundam esse ator social. As famílias como alicerce estrutural em primeira instância corroboram com as ações estatais para garantir que sejam constituídos novos cidadãos com qualidade para atuarem no mundo que os cerca.

Educação Integral em Tempo Integral: questionando a integralidade

Inicialmente há necessidade de discorrer sobre a pertinência da escola integral e de tempo integral que, embora sejam vocábulos parecidos, diferenciam-se quanto à ação social que exercem com seus sujeitos.

Nesse sentido, compreende-se que a educação integral independe do tempo que dure a jornada escolar, pois objetiva reconhecer que o aprendiz é formado em várias dimensões e "busca compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva". Ao ver de forma plural, singular e integral, o sujeito, é considerado em sua totalidade, além de assumi-lo como "sujeitos de aprendizagem", para isso a intencionalidade pedagógica da educação integral está voltada não só a formação integral do sujeito, mas a garantia de sua aprendizagem em todos os âmbitos da sua vida. (Brasil, 2017, p.12)

No Brasil, a concepção de educação integral se desenvolveu nos estudos dos pensadores educacionais das décadas de 20 e 30 do século XX, significando uma educação escolar ampliada em suas tarefas sociais e culturais. Esteve presente nas décadas seguintes em propostas de diferentes correntes políticas que se delinearam naquele período. As correntes elitistas a encampavam com o sentido de ampliação do controle social e dos processos de distribuição criteriosa dos indivíduos nos segmentos hierarquizados da sociedade e as correntes liberais difundiam a educação integral com o objetivo de reconstrução das bases sociais para o desenvolvimento democrático.

Na figura a seguir, o livro na mão de um jovem sorrindo evidencia que a educação se referia, nos dizeres do jornal, a outros valores e responsabilidades para além da escola e da educação formal que deveriam convergir para o respeito à pátria.

Uma geração melhor para o Brasil!



Jornal *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 8 de fevereiro de 1953, p. 3.
Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública de Minas Gerais.

A educação integral vista na perspectiva da cidadania das crianças e dos adolescentes implica reconhecer que a educação é oportunidade para o aprendizado da convivência democrática, do reconhecimento das diferenças e do exercício da igualdade. Nesse sentido, vale destacar a importância de Anísio Teixeira que, durante todo o seu percurso como administrador e como intelectual, permaneceu fiel à visão de educação escolar que procurou reinventar, tendo como referência e finalidade a realidade educacional brasileira. Propôs um modelo de escola de período integral que oferecesse aos alunos experiências de educação primária e que desvelasse aos seus habitantes a importância da educação para solução de seus problemas de vida e pobreza.

A escola de tempo integral está associada a um processo histórico e político que tem no ano de 2007 destaque por meio do Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 (MEC, 2007) e regulamentado pelo Decreto nº 7.083/10 (Brasil, 2010). Criado com objetivo estratégico do Ministério da Educação (MEC) para estabelecimento da educação integral no país, tendo por finalidade a viabilização para o Ensino Fundamental com atividades ofertadas no contraturno.

Para suprir a demanda do Ensino Médio, surge o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), criado pela Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009 (MEC, 2009), alinhado às ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). A carga horária estabelecida para o Ensino Médio a partir das orientações do MEC foi de 3.000 horas (MEC, 2009), sendo assim estabelecida a Educação Integral para essa etapa. O estado de Pernambuco fez adesão ao Programa em 2010, sendo inicialmente efetivado em dezessete (17) escolas. Um ano depois, as Escolas de Referência em Ensino Médio que já faziam parte da Política Pública de Ensino Médio Integral foram incluídas nesse Programa (ProEMI).

Gadotti (2009, p.33) enfatiza que as experiências diversas de educação integral têm "tanto uma dimensão quantitativa (mais tempo na escola e no seu entorno), quanto uma dimensão qualitativa (a formação integral do ser humano). Essas duas dimensões são inseparáveis." Nessa assertiva é considerada a relação intrínseca que ocorre no processo de formação do educando no processo educacional das escolas integrais. É, pois, nessa perspectiva da integralidade que o jovem constrói seu projeto de vida e se empenha para desenvolver um futuro promissor, formando-se cidadão em todas as esferas da sua vida.

Segundo o documento *Caminhos para elaborar uma proposta de educação integral em jornada ampliada* (Brasil, 2011, p.40), há sete pressupostos para que a educação integral ocorra, são eles: direito a educação de qualidade; articulações e convivência entre programas; compreensão da escola enquanto componente de uma rede de instituições e não instituições que possibilitem os educandos a compreensão da sociedade em que vivem; diferentes atores sociais podem agir como educadores; a escola não é o único espaço de promoção da aprendizagem; ampliação do tempo de aprendizagens significativas; e por fim um Projeto Político Pedagógico consistente e comprometido com os pressupostos da Educação Integral.

O levantamento realizado pela TREVISAN Consultoria entre os anos de 2007-2010 constatou que, a partir do projeto piloto de escolas integrais, seriam necessários 160 Centros com amplitude para atender mil estudantes em todo o estado. Assim contemplaria 50% dos jovens matriculados no Ensino Médio, haja vista que era esperado um quantitativo de 320 mil jovens no ano de 2010. Surge o desafio de converter o projeto em uma Política Pública, com o objetivo focal de instituir 160 escolas integrais no estado e reestruturar o Ensino Médio.

Para Corti e Souza (2005, p. 26) a autonomia “faz parte da expansão do jovem em relação ao mundo social, à sua crescente capacidade de analisar situações, hierarquizar problemas, fazer julgamentos e realizar escolhas. Trata-se de um processo de emancipação”.

O protagonismo juvenil dentro das escolas de referência em ensino médio, é a perspectiva formativa de um sujeito que está em fase de escolhas, incertezas, desafios, inquietações e que consiga decidir com autonomia, pela emancipação que lhe é ofertada. Essa liberdade proporcionada pelos espaços coletivos da escola traz as possibilidades para que sejam desenvolvidas pelos jovens, opção, ação e responsabilidade, tomando posição em situações-problemas reais na escola, participando dos atos da solução desses problemas e não como parte deles. (Costa, 2001, p.72-73)

O protagonismo juvenil nas escolas contribui de diversas maneiras com o desenvolvimento dos estudantes e isto auxilia no autoconhecimento e no desenvolvimento de habilidades sociais, como a empatia. O cotidiano escolar oferece oportunidades para que jovens se tornem autônomos, construtores dos seus projetos de vida, tenham vez e voz dentro do espaço escolar, pautando-se no reconhecimento desse indivíduo como cidadão integrantes dos processos e decisões que lhe inserem como partícipe.

“A educação é aquilo que transforma o potencial das pessoas em realidade, que atualiza o potencial que existe em cada um” (Costa, 2001, p.19), tudo parte da oportunidade em deixar o jovem fazer, participar, criar. Na Proposta Curricular para o Ensino Médio Integral o termo Protagonismo Juvenil é “compreendido, aceito e praticado enquanto um laboratório de educação para valores” (Pernambuco, 2010).

Para a realização da pesquisa, o objetivo foi analisar como estudantes compreendem o protagonismo juvenil e suas relações com a formação integral no contexto das Escolas de Referências em Ensino Médio (horário integral e semi-integral) na cidade de Petrolina-PE. Para contemplar esse objetivo buscou-se identificar as percepções mais marcantes dos estudantes sobre a política de Educação Integral e analisar as concepções acerca da relação existente entre protagonismo juvenil e a educação integral.

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UPE/PROPEGI e aprovado conforme Parecer Consubstanciado no Protocolo de número: 3.534.666 e CAEE: 17607519.0.0000.5207, em 27 de agosto de 2019, para desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-Graduação de Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares da Universidade de Pernambuco, campus Petrolina.

Procedimentos metodológicos

As questões norteadoras desse estudo são: no processo formativo atual, como se desenvolve a autonomia do jovem que expressa protagonismo no processo de aprendizagem em Escolas de Referência em Ensino Médio? Quais as percepções e concepções mais marcantes dos alunos acerca da educação integral? Como essa política educacional está interligada às diretrizes vigentes?

Após a aprovação no Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), foi selecionada a amostra para a pesquisa composta por 33 alunos do 3º Ano do Ensino Médio das Escolas de Referência em Ensino Médio, adolescentes com idades entre 16 e 17 anos. Nos meses de dezembro de 2019 e janeiro de 2020, buscou-se as informações necessárias para levantamento da quantidade de Protagonistas Juvenis (PJ's) que participariam da pesquisa.

Foram incluídos no estudo, somente alunos regularmente matriculados no 3º Ano do Ensino Médio; que atuaram como líderes nos Projetos Pedagógicos das EREM, e que estavam na escola a partir do 1º Ano do Ensino Médio. As assinaturas dos Termos de Consentimento pelo pai e/ou responsável e do Termo de Assentimento pelos alunos foram considerados como critério de inclusão.

A pesquisa ocorreu mediante a aplicação de entrevistas com roteiro semiestruturado e da gravação das abordagens desenvolvidas nos grupos focais. As entrevistas foram realizadas em momentos individuais previamente agendados para evitar qualquer desconforto para o participante. As questões do roteiro semiestruturado das entrevistas e dos grupos focais versaram sobre: importância da escola; concepção de protagonismo juvenil; projeto de vida, entre outras questões relevantes. "A entrevista é a técnica utilizada pelo pesquisador para obter informações a partir de uma conversa orientada com o entrevistado e deve atender a um objetivo predeterminado". (Rodrigues, 2006, p. 93). Nos grupos focais foram realizadas audiogravações, com o intuito de transcrever posteriormente as respostas dos sujeitos, de acordo com as discussões temáticas realizadas na pesquisa. "O grupo focal contrasta, nesse sentido, com dados colhidos em questionários fechados ou entrevistas individuais, onde o indivíduo é convocado a emitir opiniões sobre assuntos que talvez nunca tenha pensado anteriormente". (Iervolino y Pelicioni, 2001, p. 116)

Pelo prolongamento dos decretos estaduais e municipais de distanciamento social em consonância com as orientações e medidas preventivas contra a Covid-19, optou-se por aplicar um questionário estruturado, para que o processo de investigação não se estagnasse. Foi utilizada a ferramenta GoogleForms do Gmail e WhatsApp web para envio aos PJ's.

O processo de análise documental segundo Ludke e André (2015, p.44-45) "[...] pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos [...]", o que permite a utilização desse instrumento para coleta de dados. Nesse aspecto, foi realizada a análise dos documentos que contribuíram com respostas à problemática da pesquisa, como Projeto Político Pedagógico, Matriz Curricular específica das Escolas de Referência em Ensino Médio, Decretos/Leis e Orientações Oficiais, com o intuito de entrecruzar as informações oficiais sobre a constituição das EREMs, bem como a instituição das escolas envolvidas na pesquisa como Escolas de Referência em Ensino Médio que atuavam no estado como escolas regulares. Sobremaneira com as mudanças nas legislações para o Ensino Médio, se fez necessário a observação de como essas escolas acompanhou e desenvolveu as alterações propostas para o progresso da Educação Integral.

A articulação para o desenvolvimento do grupo focal com os PJs de cada escola, seguiu o trajeto planejado para que as respostas necessárias fossem obtidas. Porém, devido ao momento de pandemia e orientação de distanciamento social, a primeira reunião do grupo focal de PJs ocorreu de forma virtual pelo aplicativo ZOOM. O grupo focal foi organizado e desenvolvido de forma sequencial, onde os alunos pediam a vez para falar e faziam suas colocações sobre a subseção elencada anteriormente no roteiro a eles repassado. Ao terminarem suas falas, aguardavam os outros colegas falarem e os posicionamentos e foram acrescidos ao final, quando a pesquisadora abriu o espaço, chamando-os nominalmente.

No dia 30 de março de 2020, apenas 3 alunos conseguiram utilizar o aplicativo, sendo estes de duas das cinco escolas pesquisadas. A conversa durou cerca de 30 minutos e foi remarcado um novo encontro para o dia 02 de abril de 2020.

Nesse dia, estabelecido contato pelo aplicativo Skype, no horário de 16h, a reunião teve a duração de 1h30min. Participaram 19 PJs do grupo focal que tinha o propósito de refletir sobre as percepções dos alunos relacionadas ao projeto de vida e protagonismo juvenil a partir da leitura e discussão de texto alusivo ao tema que teve o caráter mobilizador das reflexões supracitadas.

Os dados da pesquisa, coletados em diferentes momentos e espaços, foram analisados e comparados com o objetivo de conferir se as informações coadunam ou refutam em algum parâmetro. Para a organização sistemática das informações alcançadas, os dados foram compilados em categorias e subcategorias de análises como forma de indexar o texto que emerge das transcrições e estabelecer uma estrutura das temáticas abordadas.

Resultados

A análise das informações coletadas até o presente momento conta com as duas reuniões anteriormente citadas, uma vez que a presente pesquisa ainda está em desenvolvimento. A categorização assumida para elucidação dos dados identifica as terminologias Protagonismo Juvenil, Formação Humana e Referenciais (normativos e pedagógicos) como essenciais na compreensão do arcabouço da educação integral proposta na rede de ensino estudada.

O Programa de Educação Integral de Pernambuco tem suas questões normativas e proposta pedagógica focadas no desenvolvimento pleno do aluno, ou seja, seu desenvolvimento integral, para que esse aluno consiga exercer sua cidadania para além dos muros da escola, fato observado nos PPP's de cada escola. Enfim, é olhar para o ser integral que somos e que necessita de diversificadas oportunidades de acesso ao conhecimento para se desenvolver.

A pesquisa nos possibilitou identificar alguns elementos importantes para que a Educação em Integral e em Tempo Integral possa ser bem sucedida na escola pública. É preciso considerar que a ampliação do tempo escolar deve ser pensada a partir de outros fatores fundamentais: espaço, conteúdo e uma política que proponha agir de forma integrada juntamente com mais participação da população e dos docentes na gestão escolar.

O projeto de vida e o protagonismo juvenil são os pilares trabalhados nas escolas em tempo integral que visam preparar o jovem não apenas para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ou para a universidade, mas também para sua vida cidadã na sociedade atual. Um aspecto a melhorar seria conseguir conscientizar os estudantes mais novos sobre o papel da escola como sendo parte importante do futuro da humanidade. Para que isto seja implementado, cabe ao sistema de ensino pesquisado criar, fomentar e institucionalizar espaços e momentos para a escuta atenta, ativa e efetiva dos estudantes, tanto nas escolas, quanto pelas secretarias de educação, incorporando o diálogo com os alunos à rotina escolar

oportunizando-os expressarem suas demandas, opiniões e desejos, inclusive em relação à escola.

Considerações Finais

De acordo com a Proposta Curricular para o Ensino Médio Integral o termo Protagonismo Juvenil é "compreendido, aceito e praticado enquanto um laboratório de educação para valores" (Pernambuco, 2010). Nesse sentido, "a educação não deve se limitar a dimensão dos conteúdos intelectuais, cujos professores são seus transmissores. Os valores mais do que transmitidos devem ser vividos" (Morais, 2013, p. 114).

O protagonismo está ligado a ações autorais. Discursos voltados a esse conceito têm permeado as práticas educativas e a construção da identidade dos jovens. Ao analisar as falas dos participantes da pesquisa, fica evidenciada a relevância do protagonismo quando eles dizem ser "*algo que acham bacana*". Sendo o Protagonismo Juvenil uma premissa da educação integral, nota-se que a fala dos pesquisados foram uníssonas ao destacarem aspectos como ajuda mútua e superação do senso comum para dar conta de toda a integralidade do ato de educar.

Assim, percebe-se que o Protagonismo está relacionado a uma ação imbricada em decisões, que não podem ser tomadas por outrem, mas que o próprio estudante deve assumi-las como parte do processo de construção da sua identidade. As competências desenvolvidas pelos jovens promovem o desenvolvimento deles em diversas áreas, ampliando também aspectos relacionados à autoconfiança, autodeterminação e autonomia.

O Protagonismo Juvenil emerge como um caminho a ser percorrido, que proporciona aos jovens a capacidade de se perceber para combater os obstáculos e alcançar os objetivos propostos no projeto de vida. Outro ponto importante das falas dos PJ's refere-se ao desenvolvimento do protagonismo juvenil que está endossado na articulação para desenvolvimento da cidadania.

Os trabalhos realizados no espaço intraescolar, consideram cada sujeito dentro de sua individualidade, no entanto, é necessário considerar a importância da coletividade, pois os trabalhos coletivos da escola são constituídos por "diferentes atores, que trilham diferentes percursos de formação" (Cusati, 2013).

A autonomia implica na ação do jovem fazer por si ou por outrem algo de natureza espontânea, é um estado de independência que se conquista ao longo da vida. A Educação Integral nas EREMs resgata essa missão, para que os alunos percebam que conseguem agir sozinhos, de forma autônoma, além de construírem conceitos que contribuem para protagonizarem suas histórias e projetos de vida na Educação Integral.

A escola, enquanto instituição focada no ensino e na aprendizagem, deve possibilitar um leque de novos saberes para os alunos, em que eles possam aumentar o conhecimento prévio que já possuem por meio da ressignificação, podendo assim, expandir suas opções de escolhas, quanto ao seu projeto de vida. Para isto, deve fomentar a participação na gestão (ao possibilitar experiências de uma cultura democrática), na aprendizagem (ao assumir o estudante como parceiro do processo escolar), na transformação (promovendo ações que contribuam para a superação dos desafios cotidianos do contexto escolar) e participação social (criando e fortalecendo espaços de protagonismo dos estudantes dentro e fora da escola, promovendo práticas pedagógicas com foco na solução de problemas reais e na realização de intervenções que melhorem o seu entorno).

A formação para a participação clama a formação de professores e alunos, com foco no protagonismo juvenil; preparar a equipe escolar e os estudantes para lidar com gestão democrática, com a participação estudantil e com a mediação de conflitos. Para isto, precisa mapear líderes entre os estudantes, para que protagonizem ações na escola e estimulem os outros alunos a participar e a mobilizar líderes de diferentes perfis, não apenas os que têm bom comportamento ou razoável desempenho escolar.

Para finalizar, vale destacar que a eficácia da escola em tempo integral, ideia que permeia os projetos educacionais até os dias atuais, conta com a ampliação no desenvolvimento das atividades escolares ancoradas em responsabilidades sociais e culturais que inferem liberdade, participação, pluralismo e responsabilidade de todos.

Referências

- Brasil. (2010) Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7083.html. Acesso em: 05 jan. 2020.
- Brasil. (1996). Ministério de Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- Brasil. (2011) Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Ensino Médio Inovador - Documento Orientador, Brasília: MEC/SEF.
- Brasil. (2011) Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF.
- Censo demográfico (2010). Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 10 ago. 2019.
- Corti, A. P. y Souza, R. (2005) Diálogos com o mundo juvenil: subsídios para educadores. São Paulo: Ação Educativa.
- Costa, A. C. G. da. (2001) Pedagogia da presença: da solidão ao encontro. 2. ed. Belo Horizonte: O Lutador.
- Cusati, I. C. (2013) Educação em Tempo Integral: Resultados e Representações de Professores de Matemática e de Alunos do Terceiro Ciclo da Rede de Ensino de Belo Horizonte. 2013. 216f. Tese (Doutorado Programa de Pós-graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Gadotti, M. (2009) Educação no Brasil: inovações em processo. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire.
- Iervolino, S. A.; Pelicioni, M. C. F. et al. (2001) A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 35, n. 2.
- Klein, A. M. (2006) Escola e Democracia. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/.../dissertacaoAnaKlein.pdf.
- Ludke, M. e André, M. E. D. A. (2015) Pesquisa em Educação – abordagens qualitativas. 2ª ed. Rio de Janeiro: E. P. U.

- MEC. Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril 2007. Programa Mais Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2007.
- MEC. Portaria Normativa nº 971, de 9 de outubro de 2009. Programa Ensino Médio Inovador. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009.
- Morais, E. V. de. (2013) Utilizações das escolas de referência em ensino médio pelo governo do estado de Pernambuco: uma análise do programa de educação integral. 198f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Programa de pós-graduação em educação contemporânea - PPGEDUC, Caruaru.
- Pernambuco. (2010) Secretaria de Educação. Proposta Curricular para o Ensino Médio Integral. Recife.
- Pernambuco. (2010) Decreto nº 35.681, de 12 de fevereiro de 2010. Cria as Escolas de Referência em Ensino Médio, em jornada Semi-integral, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Pernambuco – Poder Executivo, Pernambuco, PE, 13 fev. 2010.
- Rabêllo, M. E. (2004) O que é protagonismo juvenil? Disponível em: http://www.cedeca.org.br/PDF/protagonismo_juvenil_eleonora_rabello.pdf. Acesso em 15 de set. de 2019.
- Rodrigues, A. (2006), Metodologia científica. São Paulo: Avercamp.
- Souza, R. A. de. (2010) Ensino Médio e Protagonismo Juvenil. In: Ccavalcante, M. H.; Souza, R. A. de (Org.). Ensino Médio: mudanças e perspectivas. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Notas

¹ PPGFPPI/Universidade de Pernambuco, dayanems.upe@gmail.com

² Universidade de Pernambuco, professoraudy@gmail.com

³ Universidade de Pernambuco, rg.ferreiramm@gmail.com

⁴ Universidade de Pernambuco, thatiany99@gmail.com

⁵ Universidade de Pernambuco, iracema.cusati@upe.br